

CONSTITUINTE

# A Assembléia torce o nariz para o general

**Os constituintes estão aborrecidos com o ministro do Exército, que está determinado a não respeitar a Constituição, se for aprovada a anistia aos militares cassados em 1964.**

"Não acredito que o Leônidas descumprirá uma decisão constitucional. Vou telefonar para que confirme a informação." A reação é do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, referindo-se às declarações do general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, de que não pagará os soldos atrasados dos militares punidos em 64, ainda que a Constituinte consagre a anistia ampla, geral e irrestrita. "O general está pregando o desrespeito às leis, às instituições, violentando a decisão soberana da Constituinte e, conseqüentemente, pregando a anarquia", revoltou-se o deputado Luís Carlos Sigmaringa (PMDB-DF). "Mas se a anistia for aprovada em plenário, ele terá que cumprir. Caso contrário, será afastado do cargo pelo presidente da República." E as condenações vieram de todos os partidos. "Lamento que o ministro do Exército, um funcionário pago pelo povo brasileiro, responsável constitucionalmente pelo cumprimento da lei e da ordem, faça uma proclamação pública de desrespeito às instituições e pratique a desobediência civil", contestou o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro.

O general Leônidas, contudo, está tão certo de que a Constituinte não aprovará a anistia aos militares cassados em 64 que sequer fez o cálculo sobre a quantia a ser paga, na hipótese de reintegração. Leônidas, segundo uma versão veiculada ontem pelo Centro de Comunicação Social do

Exército, acredita que isso não irá acontecer baseado em uma argumentação "muito bem fundamentada" junto aos constituintes.

No Ministério da Aeronáutica, o brigadeiro Octávio Moreira Lima preferiu ontem não fazer comentários. Alegou que não comentava declarações de outros ministros, embora concorde com a tese de reintegração dos cassados seria a última a constar de seu raciocínio. "E não falo apenas em nome dos ministros militares, mas pela unanimidade das Forças, pois se a anistia for aprovada vai nos criar dificuldades".

Mesmo seguindo em seu raciocínio de não comentar declarações de colegas ministros, o brigadeiro Moreira Lima acabou discordando do general Leônidas, que argumentou que os soldos atrasados seriam pagos através de sua autorização. Quem arca com as despesas de pagamento de pessoal é a Fazenda Nacional, segundo o brigadeiro. Ou seja, independe do orçamento concedido anualmente ao Exército, Marinha ou Aeronáutica.

**Reclamação**

As declarações do general Leônidas também não passaram despercebidas pelo general-de-Divisão Joaquim Leite de Almeida, que ficou conhecido como autor da denúncia de que estaria sendo preparado um golpe contra o governo Sarney. O gene-

ral, que também faz parte do contingente de cassados em 64, defende a anistia, alegando que, com isso, a Constituinte irá corrigir "um grande erro". Leite comenta que as mulheres dos militares cassados passaram a receber como viúvas, desde 64 — "e nossos filhos, como aconteceu com os meus três, estudaram como órfãos, gratuitamente, nos colégios militares".

"Agora, quando a Constituinte quer reparar a injustiça, o senhor ministro manifesta opinião contrária. Isso sim é desobediência civil e o presidente deve atentar para a posição", alertou ainda o general Leite. De seu lado, entretanto, ele diz que não quer voltar ao Exército. "Quero apenas receber o que me foi tirado", disse, relatando que foi reintegrado na reserva com general-de-Divisão, em 1985, para efeito de recebimento de proventos.

A favor dos argumentos de Leite encontra-se uma expressiva quantidade de constituintes indignados com as declarações do general Leônidas. "É muito descortês dizer isso", assinalou o deputado Siqueira Campos (PDS-GO). "Mas se ele disse, no mínimo cometeu um erro. O general é ministro de uma pasta política e deve agir politicamente".

Também indignado com a afirmação do general estava ontem o presidente do Comitê pela Anistia dos Militares, Ferro Costa: "É a moratória castrense para os anistiados".

# Arinos, aborrecido com os trabalhos.

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ) agüentou ontem as quase duas horas de debate sobre um assunto já vencido no sábado e fez um desabafo: lamentou que, nesses cinco meses, a Assembléia Nacional Constituinte ainda não tenha entrado na discussão de matéria constitucional, "essencial para os trabalhos".

Arinos presidia uma reunião da Comissão, convocada para votação do projeto de decisão nº 5, que obriga a transmissão pelo rádio e pela TV das votações da Constituinte, mas os trabalhos foram desviados por uma questão de ordem do líder do governo, Carlos Sant'Anna, que pediu a nulidade da votação, realizada sábado, quando foi aprovado outro projeto de decisão, que proíbe a conversão da dívida externa em investimento de risco.

A partir da defesa feita por Sant'Anna, os ânimos se exaltaram em plenário, a ponto de, já quase no final, o líder do PFL, José Lourenço (BA), ter xingado com um palavrão o deputado Paulo Ramos, autor do projeto de decisão. Ramos, que apartava o senador Marcondes Gadelha, fez uma observação, dizendo que Lourenço provavelmente estava contra o projeto sobre a questão da dívida externa por não ser brasileiro nato (ele é português de nascimento). Da sua poltrona, sem se levantar, o líder do PFL dirigiu um palavrão a Ramos e quem acabou se ofendendo foi o deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ), que, furioso, correu até o microfone, formando-se, então, ligeira confusão em plenário. Afonso Arinos acionou as campainhas e ameaçou suspender os trabalhos, mas isso não foi preciso.

**Aeroporto**

Foi nessa altura que Afonso Arinos, no mesmo timbre com que dirige habitualmente as reuniões de sua comissão, pediu que o assunto fosse logo encerrado, para que ele pu-

desse resolver a questão de ordem, decidindo, então, remeter a pendência ao exame do presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães. Antes de anunciar sua decisão, Arinos justificou a pressa: "Que a imprensa não me ouça — disse da mesa — mas tenho que ir ao aeroporto esperar meu filho, que vem do Rio de Janeiro".

O senador fluminense notou que poderia emitir sua decisão sobre a questão de ordem com duas ou três palavras, mas quis acrescentar, revelando-se contrariado com os debates, que diz presenciar com frequência na Constituinte. Ele acha que o povo também deve estranhar muito a falta de apego dos constituintes pelo exame dos assuntos de natureza constitucional, que são essenciais para que possa ser redigida uma Constituição moderna, "que o País está esperando".

Com autoridade, mas pausadamente, Arinos olhou para o plenário e disse: "Eu tenho permanecido muito tempo no plenário dessa nossa Comissão e da própria Constituinte, mas não ouço debate algum sobre temas constitucionais". É como o tema da tarde era econômico, acrescentou: "Não sou um profundo conhecedor dos assuntos econômicos, mas não creio que eles sejam os mais importantes para uma Assembléia que vai redigir uma Carta constitucional".

Na sua questão de ordem, o líder Carlos Sant'Anna contestou a validade da votação de sábado, em que foi aprovado o projeto de decisão sobre a dívida externa. O assunto preocupou o líder, que, já pela manhã, esteve demoradamente com Arinos. E à tarde, ao ser iniciada a sessão, ele colocou imediatamente sua questão. O pedido de nulidade da reunião foi baseado na questão do quórum. É que tais projetos, que só podem ser formalizados para sobrestar ameaças ao funcionamen-



Arinos

to da Constituinte, devem ser deliberados com maioria absoluta. E, na votação de sábado, o quórum observado foi o de maioria simples (o projeto foi aprovado por 42 votos contra 6).

Em uma outra sessão, também realizada ontem a seguir, não houve quórum para votação do projeto de decisão do senador Iram Saraiva, sobre a obrigatoriedade de transmissão das votações pelo rádio e pela TV. A matéria foi então arquivada, por já ter decorrido o prazo de cinco dias da sua apresentação.

**Substitutivo**

Já o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) prometeu ontem que apresentará um substitutivo, e não apenas um parecer, às emendas que nessa terceira fase de trabalhos da Constituinte poderão ser apresentadas pelos 559 constituintes e pelos cidadãos brasileiros, e que o relator calcula serão entre 30 e 40 mil emendas.

O substitutivo de Bernardo Cabral, segundo explicou, será a resposta definitiva que ele dará àqueles que o vêm criticando por não ter, na segunda fase, apresentado um parecer "com profundas alterações, extirpando incongruências, inconsistências, desvios e, acima de tudo, a ausência de um fio condutor filosófico".

Cabral afirmou, ainda, que o seu substitutivo, apesar do cunho pessoal que nele vai imprimir — deverá até mesmo dispensar o auxílio dos relatores-adjuntos e dos auxiliares —, vai refletir a posição da maioria, que ele vai aferir através das emendas que serão apresentadas e da discussão da futura Constituição, durante 40 dias, a partir do dia da leitura do projeto de Constituição no plenário da Constituinte.

## Agora, a longa viagem do anteprojeto pelo plenário.

O projeto de Constituição da Comissão de Sistematização começa a ser discutido, a partir de amanhã, durante 40 dias, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Os primeiros 30 dias desse prazo (até 13 de agosto) serão usados para que todos os constituintes apresentem emendas, inclusive de mérito. Durante esse mesmo período, os cidadãos também poderão apresentar emendas populares, desde

que subscritas por no mínimo 30 mil brasileiros e patrocinadas por pelo menos três entidades de classe. Terminada a discussão, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, terá 25 dias para examinar as emendas que foram apresentadas, que ele calcula em torno de 30 a 40 mil propostas. A partir dessa análise Bernardo Cabral fará um parecer-substitutivo, que será

publicado e distribuído em avulsos entre os dias 18 e 19 de setembro. No dia 20, o projeto definitivo começa a ser votado no plenário da Assembléia Nacional, sem prazo fixo para a conclusão desse trabalho. Mas dificilmente a data anunciada pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (15 de novembro), será alcançada. Bernardo Cabral prevê a promulgação da Constituição apenas para meados de dezembro.

PARTIDOS

## Lula e Brizola, de mãos dadas pelas diretas em 1988.

Acabou a briga entre o ex-governador Leonel Brizola, líder nacional do PDT, e o deputado e presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva. De mãos dadas, braços erguidos, aplaudidos por centenas de militantes do PDT, e inspirados por uma causa comum — lutar até a vitória pelas eleições presidenciais diretas em 1988 — os dois selaram sua reconciliação durante o encerramento ontem, em Brasília, do congresso nacional do PDT. A reconciliação se deu a partir da constatação dos dois líderes de que "o atual governo perdeu a credibilidade, identifica-se com a crise e ameaça a transição democrática".



Brandão Monteiro, Lula e Brizola: causa comum.

Num dia particularmente marcado pela presença de parlamentares de outros partidos — entre eles o vice-presidente do PMDB, Affonso Camargo e o senador peemedebista gaúcho José Paulo Bigol — o congressista do PDT definiu a posição do partido com relação à Constituinte e ao quadro político e econômico do País, a partir de três documentos: um manifesto intitulado Alerta à Nação; um conjunto de noções aprovadas por aclamação; e um corpo de princípios fixando a ação partidária na Constituinte e fora dela, a curto e médio prazos.

Dentre as posições fixadas pelo partido brizolista, figura o apoio à Central Única dos Trabalhadores — CUT — e à greve geral prevista para o próximo dia 12 de agosto numa "resposta ao pacto social articulado pelo governo", que, segundo Brizola "tem por finalidade perpetuar os privilégios das

elites", através de um outro pacto "entre partidos, sindicatos e entidades civis, "um pacto popular" no seu dizer capaz de viabilizar as diretas no máximo até novembro de 1988.

O documento partidário resultante dos trabalhos das diversas comissões — teórica e principal do Congresso — propõe, entre outras, as seguintes medidas a serem definidas pelas bancadas do PDT na Assembléia Nacional Constituinte, se possível em aliança com os setores mais à esquerda naquele colegiado: repúdio ao parlamentarismo; imediata auditoria da dívida externa; repúdio à internacionalização da economia brasileira a partir da conversão dos supostos débitos em ações de empresas nacionais; desenvolvimento de uma "economia mista", com a ação integrada dos setores estatal, privado e de organizações sociais; fortalecimento da empresa "genuinamente

brasileira", com "tratamento especial" às pequenas e médias empresas; monopólio do petróleo e minerais nucleares, assim como das empresas estatais nos setores estratégicos; além da criação de reserva de mercado em setores estratégicos, mediante autorização legislativa.

O documento final do Congresso do PDT de Brizola defende ainda "amplos programas de colonização e assentamento e prioridade ao abastecimento interno".

**Os comunistas**

O Partido Comunista Brasileiro também fará o seu congresso, o oitavo, que começa nesta quinta-feira, no Centro de Convenções de Brasília, e vai até domingo. Será o primeiro congresso do PCB na legalidade. Os sete anteriores, além de duas conferências, foram clandestinos, e no último, em São Paulo, em 1983, todos os congressistas foram presos.

Durante o congresso, além da eleição do secretário-geral — que poderá ser o deputado Roberto Freire (PE) ou o antigo militante Salomão Malina —, estarão em discussão a política de transição democrática e a Constituinte; o balanço do trabalho da direção do partido e sua organização; além do regimento de funcionamento.

Já confirmaram presença no VIII Congresso do PCB 22 delegações estrangeiras, mas esse número deverá crescer com a presença da representação da Frente Sandinista de Libertação da Nicarágua e dos partidos comunistas dos Estados Unidos, do Canadá, da Espanha e do Japão.

## Os apartamentos do Iapas: mais gastos.

"A aquisição por Iapas de 328 apartamentos em Brasília proporcionará o alojamento de 350 funcionários da direção-geral do INPS, Inamps e Iapas, que estão vindo para Brasília e contribuirá para o aumento e valorização do patrimônio da Previdência." A explicação é do ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, ao rebater, ontem, as acusações de um ministro do tribunal de Contas da União de que o Iapas é o maior agente imobiliário de Brasília. "Esta acusação é infundada e o próprio tribunal deveria saber disso", acrescentou o ministro.

O Iapas, que tem 16 mil imóveis em todo o País e 466 em Brasília, adquiriu os 328 novos apartamentos funcionais por Cz\$ 1,03 bilhão, mas o ministro da Previdência garante que eles foram comprados a preços inferiores aos do mercado. O ministro Raphael de Almeida Magalhães disse ainda que a Previdência está fazendo uma vitória nos apartamentos funcionais de Brasília e já promoveu 53 ações de despejo contra funcionários que estão ocupando irregularmente os imóveis.

Segundo o ministro, a Previdência está promovendo ainda — com vistas a aumentar o seu patrimônio — a venda de imóveis que não estão sendo utilizados em outros Estados, para comprar imóveis novos no Plano Piloto de Brasília, "onde a valorização é muito maior". O ministro falou também que desconhece qualquer irregularidade em mais de três mil imóveis da Previdência, como denunciou o ministro do TCU.

Em nota oficial, o Ministério da Previdência confirma as explicações do ministro e garante que a aquisição dos imóveis não trará despesas adicionais ao orçamento da Previdência nem envolverá receitas de contribuição previdenciária. Argumenta ainda que a transferência dos funcionários do Rio para Brasília implicará redução de gastos com passagens aéreas e hospedagem.

Segundo uma fonte do ministério, um dos departamentos indevidamente ocupados está, por enquanto, com a ex-presidenta da Legião Brasileira de Assistência, Léa Leal, que se recusa a abrir mão do imóvel porque ainda pretende comprá-lo assim que for possível.

## Proposta: mais cargos no Banco do Brasil.

O presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, propôs ao ministro da Fazenda, Bresser Pereira, uma nova reforma administrativa criando cinco cargos de diretor regional e ampliando o número de administração de nove para quinze membros. A proposta foi recebida com desconfiança pela assessoria de Bresser, em virtude da determinação do governo de reduzir as despesas de custeio da administração federal. E os próprios funcionários do Banco do Brasil estão encarando a proposta como uma manobra política destinada a lotear os setores que tomam decisões sobre o crédito rural, industrial e comercial, tendo em vista que esses diretores, a se instalarem em cada uma das regiões do País, seriam nomeados por indicação política. O Banco do Brasil entraria, dessa forma, no jogo de pressões do Palácio do Planalto com vistas à definição do mandato presidencial de cinco anos.

As diretorias regionais do Banco do Brasil existiram até 1979, quando uma reforma administrativa então empreendida com o propósito de reduzir a influência das pressões políticas, extinguiu essas diretorias, normalmente preenchidas por políticos. Agora, Calazans pretende dar um passo atrás, restabelecendo as diretorias regionais em troca da extinção das diretorias de crédito rural e de crédito comercial/industrial, mantendo, porém, em plena operação, as 23 superintendências estaduais.

Embora o conselho de administração de uma empresa seja constituído de sete membros, o do Banco do Brasil tem nove e Calazans pretende ampliar para 15. Propõe também a extinção do cargo de vice-presidente do conselho de administração, seu substituto eventual, para ficar livre e assim indicar seu substituto. A medida é condenada pelos funcionários do banco, pois o vice-presidente é um representante dos servidores, que alegam a intenção de Calazans de concentrar poderes.

Calazans garante que a nova estrutura ficará "mais racional, ágil e leve", e promete adotar providências para reduzir em 20% o quadro de pessoal no âmbito da presidência, das vice-presidências e das diretorias. Os representantes dos funcionários acham que essa redução de despesas pode ser feita sem necessidade de criar cinco diretorias regionais e ampliar o conselho de administração.

## O supersecretário de Minas: irmão do governador.

O governador Newton Cardoso, de Minas, reduziu ainda mais a autonomia de seu secretariado, através de um decreto publicado sábado no Minas Gerais, órgão oficial do Estado, dando poderes de supersecretário a seu irmão, Ira Cardoso. Para exercer a nova função, Ira, que é o secretário particular de Newton e seu candidato à prefeitura de Belo Horizonte, terá direito a verbas extras de cerca de Cz\$ 220 mil, além de seu salário de secretário.

O decreto dá a Ira Cardoso poderes para fiscalizar os secretários de Estado e substituir seus chefes de gabinete. Este é o segundo decreto do governador, em menos de dois meses, diminuindo a autonomia de sua equipe. No primeiro, ele desautorizou os secretários a nomear ou designar seus auxiliares, chegando a proibir que a equipe pagasse horas extras aos funcionários.

O decreto publicado sábado provocou reações do PFL mineiro, que já estuda juridicamente a possibilidade de entrar com uma ação popular para tentar anulá-lo. O líder do partido em Minas, deputado estadual Milton Salles, diz que o decreto é inconstitucional porque, na verdade, Newton Cardoso criou uma nova secretaria, o que representa gastos — por isso, deveria antes ser submetido à votação da Assembléia Legislativa.

Em contrapartida, cresce em Minas o movimento para o lançamento de um candidato alternativo à prefeitura de Belo Horizonte, aproveitando a aparente impopularidade dos políticos do PMDB no governo. Até o que soava difícil para o grupo, uma legenda-abrigo, começa a ser resolvido, com a sigla do PL à disposição. O grupo, que tem muitos dissidentes do PMDB, foi chamado de "a favor de Minas" ou "anti-Newton", e se reuniu no final de semana.

Além de Itamar Franco, o nome que aglutina naturalmente todos os descontentes com o atual governo mineiro, fazem parte da articulação, entre outros, o ex-líder de Tancredo na Câmara, Pimenta da Veiga, e o ex-genro de Tancredo, o deputado petebista Aécio Cunha.